

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em cerimónia ocorrida no Auditório da Fundação Champalimaud, a Presidente da Comissão Europeia e o Primeiro Ministro apresentaram, respetivamente, o Programa de Recuperação Europeia (*Next Generation EU*) e as linhas gerais do Programa de Recuperação e Resiliência Nacional (PRR), o qual como é sabido estará dotado dum significativo montante de recursos financeiros que ascendem a 15,8MME de subvenções a fundo perdido.

Foi então anunciado que era intenção do Governo Português aprovar um primeiro esboço do PRR até ao final da primeira quinzena de outubro, de modo a que pudesse ser entregue na Assembleia da República a 14 de outubro e na Comissão Europeia no dia seguinte.

Na cerimónia supra referida, o Primeiro Ministro deu conta dos grandes eixos que enformarão o PRR (Resiliência, transição climática e transição digital), em consonância com as prioridades europeias estabelecidas no *Next Generation EU* tendo já estabelecido para cada eixo, não só o montante de recursos a ser afetado (Resiliência 7.200ME, transição climática 2.700 e transição digital 3.000ME), mas também as respetivas prioridades para cada um deles.

Na véspera da referida cerimónia, o jornal *Público* divulgava mesmo uma série de projetos concretos (ferrovia, linhas de Metro, pontes, habitação social, aquisição de meios aéreos de combate a fogos florestais, meios complementares de diagnóstico nos Centros de Saúde, etc., etc.), a serem financiados pelo PRR.

Apesar de todos estes desenvolvimentos, nada até hoje foi dito pelo Governo relativamente à aplicação do PRR na Região Autónoma da Madeira e ao envolvimento desta na sua elaboração.

Este silêncio por parte do Governo em matéria de tão crucial importância para o futuro da RAM, não pode deixar de ser interpretado como uma grave manifestação de indiferença pelo povo madeirense, tal como representa igualmente uma desconsideração institucional pelos órgãos de governo próprio da RAM.

Na verdade, o PRR representará para a RAM uma oportunidade imperdível de responder à devastação económica e social provocada pela pandemia, prevenir futuras crises e de, em simultâneo, preparar o amanhã assegurando uma Região com maior coesão social no quadro duma economia mais resiliente e diversificada e em acelerada transição ecológica e digital.

Recorde-se que a RAM na ausência de qualquer iniciativa por parte do Governo da República e da pessoa escolhida para desenhar a visão estratégica que estaria subjacente ao PRR, tomou ela própria, no sentido de ser ouvida, a iniciativa de apresentar um importante contributo de cerca de 40 páginas, durante o período de discussão pública da aludida visão estratégica elaborada pelo Prof. António Costa e Silva.

Assim,

Atendendo ao exposto, e agora que um primeiro esboço do PRR está prestes a ser aprovado e já são conhecidos os eixos prioritários e a alocação de recursos financeiros a cada um deles, e tendo em conta o estipulado no artigo 156.º, alínea d) da Constituição da República Portuguesa, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro do Planeamento, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, resposta às seguintes perguntas:

1. Como participará e será envolvida a RAM na elaboração do primeiro esboço do PRR que se prevê esteja concluído e aprovado pelo Governo até ao próximo dia 14 de outubro?
2. Como será aplicado o PRR na RAM? As prioridades serão as mesmas? Como serão atendidas as especificidades regionais?
3. Quais os montantes que no âmbito de execução do PRR serão despendidos na RAM? A determinação destes montantes terá em conta, para além do critério da capitação, o facto de a execução dos projetos na RAM terem custos acrescidos em resultado da sua situação ultraperiférica?
4. Como se articularão ambos os Governos (Central e Regional), no sentido de assegurar uma boa implementação, gestão e controle dos projetos a serem financiados pelo PRR na RAM?

Palácio de São Bento, 2 de outubro de 2020

Deputado(a)s

SÉRGIO MARQUES(PSD)

ISABEL MEIRELES(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

PAULO NEVES(PSD)